

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 493.357 - PR (2019/0042274-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
EMBARGANTE : ADENILSON DE SOUZA NASCIMENTO (PRESO)
ADVOGADO : RODRIGO MANCARZ - PR069403
EMBARGADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO

DECISÃO

ADENILSON DE SOUZA NASCIMENTO opõe embargos declaratórios contra a decisão de fls. 187-188, por meio do qual indeferi liminarmente o habeas corpus diante da sua deficiente instrução.

A defesa requer a reconsideração da decisão, a fim de que seja expedido alvará de soltura em favor do paciente. Para tanto, enumera as peças faltantes e repisa os argumentos apresentados na inicial do *writ*, no tocante à ilegalidade da prisão, bem como da manutenção do paciente em regime fechado.

Decido.

Inicialmente, consigno que a defesa não aponta nenhum fundamento que justifique a oposição dos embargos de declaração, os quais se prestam apenas a sanar eventual omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade do julgado, e não a reapreciar a causa.

Assim, **recebo os embargos de declaração como pedido de reconsideração.**

Consta dos autos que o Juiz de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente em decorrência da prisão em flagrante pela suposta prática dos delitos de contrabando e de desobediência, pelos seguintes fundamentos (fls. 852-853, grifei):

[...]

Os documentos juntados ao evento 4 e a análise dos autos de Inquérito Policial n.e 5017282-36.2018.4.04.7000/PR, da 14ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, revelam que ADENILSON DE SOUZA NASCIMENTO foi recentemente, em abril deste mesmo ano, preso em flagrante também pela prática de contrabando, quando conduzia um caminhão com carregamento clandestino de 900 caixas de cigarros trazidos do Paraguai. Em

audiência de custódia, foi concedida liberdade provisória mediante fiança no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), além das condições de comprovação de endereço fixo, comparecimento bimestral perante o Juízo Federal de Mundo Novo/MS e comunicação ao Juízo qualquer modificação de endereço (evento 29 daqueles autos). O flagrado pagou a fiança e foi colocado em liberdade (eventos 37, 38 e 54 daqueles autos), tendo sido deprecada a fiscalização do cumprimento das condições para o Juízo Federal de Novo Mundo/MS (autos de medida cautelar inominada n. 5017652-15.2018.4.04.7000).

Ainda, embora não tenha sido possível até o momento a obtenção de antecedentes criminais oriundos do Estado do Mato Grosso do Sul e Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, verifica-se nos eventos 55 e 56 dos autos de Inquérito Policial nº5017282-36.2018.4.04.7000/PR, da 14ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, o apontamento de uma ação penal em trâmite perante a Justiça Federal da Subseção de Dourados/MS pelos delitos dos arts. 288 e 334 do CP, registrada em 19/09/2013 (evento 55) e de uma ação penal em trâmite pelo delito de receptação qualificada na Justiça Estadual, datada de 13/08/2014 (evento 56).

Diante desse quadro, consoante destacado pelo Ministério Público Federal, **há risco concreto de reiteração delitiva, haja vista que o flagrado supostamente incidiu na prática de outro crime mesmo beneficiado com outras medidas cautelares.**

A prisão preventiva do paciente foi mantida na sentença, ocasião em que o paciente foi condenado à pena de 3 anos de reclusão e 1 mês e 20 dias de detenção, em regime semiaberto, pela prática dos referidos crimes que lhes foram imputados. O Juízo de primeiro grau negou o direito de recorrer em liberdade, diante da manutenção dos requisitos ensejadores da segregação.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o Juízo de primeiro grau ressaltou a reiteração delitiva do paciente, que "incidiu na prática de novo crime, mesmo beneficiado com outras medidas cautelares" (fl. 853), o que evidencia a presença de **motivação idônea**, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva da paciente.

Especificamente sobre a ilegalidade na unificação das penas e consequente determinação do regime inicial de seu cumprimento, conforme determinado pelo Juízo da Execução (fls. 1.126-1.127), verifico que a Corte estadual não se manifestou sobre o tema, que poderá ser apreciado mediante a interposição de eventual recurso cabível. Assim, inviável a análise da matéria sob pena de indevida supressão de instância.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao juízo de primeiro grau.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**